

EM NOME DE DEUS: A BÍBLIA E O BOLSOLAVISMO NA POLÍTICA EXTERNA DE ERNESTO ARAÚJO

Carolina Antunes Condé de Lima¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a relação entre ideologia e religião no governo de Jair Bolsonaro e suas implicações para a política externa durante o período da chancelaria de Ernesto Araújo (2019-2021). O recorte temporal se justifica pelo fato de o ex-chanceler ter sido um dos principais representantes do que aqui chamamos de *bolsolavismo*, a junção das ideais conservadoras de Jair Bolsonaro com o *anti-globalismo* de Olavo de Carvalho. Outro elemento que será abordado é o que chamamos aqui de *influência da Bíblia* no processo de tomada de decisões da política externa brasileira entre os anos de 2019-2021. Para tanto, serão analisados alguns temas para demonstrar que há um extravasamento da ideologia religiosa regente da política doméstica para a política externa brasileira. Os temas escolhidos para isso são dois dos temas que já estavam postos desde a campanha eleitoral de 2018: a questão palestina e a chamada questão de gênero. A escolha da questão palestina se dá por marcar uma ruptura no histórico das relações do Brasil com o país e de sua política externa; as questões de gênero foram escolhidas para demonstrar o retrocesso brasileiro na abordagem de pautas humanitárias. Para tanto, serão analisados os votos do governo brasileiro na Conselho de Direitos Humanos da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas no período em que Ernesto Araújo esteve à frente do Itamaraty.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsolavismo, neopentecostalismo, política externa, conservadorismo.

1. INTRODUÇÃO

A eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro (antes PSL, agora PL), em 28 de outubro de 2018 colocou fim ao que Chagas-Barros (2019) chamou de pacto social-democrata, que havia sido estabelecido no país desde o fim da ditadura militar em 1988. De acordo com o autor e com Casarões (2019a, 2019b), para além da ruptura da dinâmica interna, que começou já no período eleitoral de 2018, assistimos também ao mesmo processo no que diz respeito a inserção do Brasil na chamada Ordem Internacional.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Bolsista CAPES.

Ao afirmar isso, partimos do pressuposto que a política externa (PEX) é um reflexo direto da política doméstica, sendo assim, *aquilo que se determina em questões de valores e moral para o âmbito nacional vai ser replicado no internacional* (MILANI; PINHEIRO, 2013; CASARÕES; FARIAS, 2021). Dessa forma, ao destrinchar e elencar os elementos centrais da base Bolsonarista, conhecida como 5 Bs (Bala, Bancos, Bíblia, Boi e Bolsolavismo), pode-se dizer também que a PEX sofre interferência direta dessas ideias, provocando rupturas importantes do Brasil com relação à agenda internacional (CASARÕES, 2019a).

Tendo isso em mente, o artigo busca apresentar a relação de dois desses Bs para a política externa nacional, a Bíblia e o Bolsolavismo. Nesse sentido, o trabalho almeja analisar suas consequências para o posicionamento brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Geral das Nações Unidas (CDH) durante a gestão do ex-chanceler Ernesto Araújo. A escolha por esses dois aspectos se dá em função da percepção que a análise de um desses Bs só se completa se acompanhada pelo outro, uma vez que as pautas de ambos são interligadas. Além disso, a escolha pelo período temporal do ex-chanceler Araújo se deu por conta da influência dos tópicos acima mencionados no posicionamento do ex-ministro. Além de ser um período temporal bem delimitado, permitindo um período de decantação do que se passou além do acesso aos documentos do período. Por fim, a escolha pelo posicionamento do Brasil na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) tem como objetivo demonstrar o alinhamento do discurso contra Direitos Humanos do atual governo e a prática na instância da ONU.

Para isso, o trabalho está dividido em outras quatro partes além dessa introdução. Apesar do foco do artigo ser a Bíblia e o Bolsolavismo, entende-se que é necessário analisar um pouco do contexto nacional e como os 5 Bs tem ditado a dinâmica interna do país. Por isso, em um primeiro momento, iremos explorar o contexto nacional. Logo após será realizada uma discussão sobre os dois elementos que consideramos centrais para a PEX Bolsonarista, a Bíblia e o Bolsolavismo, e sua defesa e manifestações favoráveis do ex-chanceler Ernesto Araújo. Depois serão apresentados alguns dos temas explorados por Casarões (2019a) como centrais na eleição de 2018 e os votos brasileiros no CDH no período que compreende a gestão Araújo (janeiro 2019 a março 2021) na tentativa de demonstrar a continuidade do discurso e prática em temas de Direitos Humanos. Os temas escolhidos para apresentar o posicionamento brasileiro são: Palestina e Ideologia de Gênero, ambos de grande relevância para os grupos analisados. Por fim, serão

apresentadas as considerações finais do trabalho, quando buscaremos demonstrar como o encontro da Bíblia com o Bolsolavismo foi instrumentalizado pela PEX do governo Bolsonaro, de forma a espelhar as ideias dos grupos que assumiram o poder após a eleição de 2018 (LIMA; ALBUQUERQUE, 2019; CASARÕES; FARIAS, 2021).

2. DEUS ACIMA DE TUDO: O CONTEXTO BRASILEIRO

Apesar de a eleição de Jair Bolsonaro representar uma ruptura do pacto social-democrata estabelecido no processo de redemocratização (CHAGAS-BARROS, 2019) e seu governo ter rompido com a forma com a qual o Brasil vinha se inserindo no Sistema Internacional desde então (CASARÕES, 2019a, 2019b), não se pode afirmar que a ascensão da extrema direita e de ideais pentecostais sejam uma exclusividade do atual governo. De acordo com Doval (2021), Bolsonaro é apenas um estágio do processo evolutivo do conservadorismo brasileiro. De acordo com a autora, o conservadorismo sempre foi um fator constitutivo da sociedade brasileira, a diferença é que o discurso de Jair Bolsonaro e dos que o apoiam ganharam um tom mais agressivo do que se viu ao longo da história.

Conservadorismo pode ser entendido como um “discurso centrado na autoridade da igreja, das elites e dos cidadãos tradicionais (homens brancos donos de propriedade) e que se aproxima das classes mais baixas com discursos que falam de ordem pública, segurança, *moralidade*, combate à corrupção e afins” (DOVAL, 2021, p. 215, tradução nossa, grifo nosso). Esses traços, segundo Doval (2021) podem ser facilmente identificados em quatro períodos históricos bem datados no Brasil: a monarquia (1822-1889), o Estado Novo (1930-1934), a Ditadura Militar (1964-1989), e o período do neoliberalismo (anos 1990). Em três desses períodos, a Igreja, em especial a Igreja Católica, foi importante em fornecer apoio ao Estado e às suas políticas conservadoras.

Com a redemocratização, outro grupo de religiosos começou a ganhar espaço no Estado nacional. Reflexo da chamada “terceira onda pentecostal”, que surgiu nos EUA no pós Segunda Guerra Mundial, o Brasil vem assistindo, desde a década de 1970, o crescimento exponencial da população evangélica. Se na década de 1970 a população evangélica correspondia a apenas 5% da população, hoje ela corresponde a um terço; além disso, as igrejas de matriz (neo)pentecostais são as que tem maior crescimento no número de fiéis no país (EVANGELICALS OF BIBLES..., 2021).

O crescimento e o aumento da religião no país trazem consigo um outro aspecto: para além de agregar fiéis, a “terceira onda pentecostal” tem como base ideais que

propiciam o aumento do conservadorismo da população: são elas a teologia da prosperidade e a teologia do domínio. Enquanto a teologia da prosperidade “defende que a fé cristã é recompensada com bençãos materiais, com bem-estar, saúde e boa situação financeira” (CASARÕES, 2020a, p.10), o que gera um forte apelo frente às populações mais pobres. A teologia do domínio, por sua vez,

pressupõe que Deus e o diabo se encontram em conflito permanente, tanto no plano espiritual quanto no terreno, sobre o controle do mundo. A tarefa do cristão, nesse contexto, seria não somente a obediência aos mandamentos bíblicos, mas também *a guerra incansável contra demônios que se manifestam na cultura e nas artes, na educação, na imprensa, nos negócios, na política, na família e na própria religião*. Conhecida como a visão profética das sete montanhas (ou sete montes), essa doutrina – enunciada, entre outros, pelo pastor Johnny Enlow – ensina que o Reino de Deus será erguido quando os cristãos ocuparem espaços *em todas essas dimensões da sociedade*. (CASARÕES, 2020a, p. 11, grifo nosso).

A tarefa de ocupar espaços é, de fato, ocupar todos os espaços via evangelização, usando de todas as formas disponíveis, ou seja, pela via política, pela disputa no âmbito cultural, o que envolve determinar o que está disponível nas redes de TV e em rádios e o ensino nas escolas, a penetração em espaços não convencionais e as decisões do campo político.

As propostas atreladas ao projeto Escola Sem Partido (ESP) é um dos principais exemplos do processo de intervenção conservadora na Educação. A ESP se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (MACEDO, 2017, p. 508). Para pôr fim à essa ‘doutrinação’, representantes da ESP têm apresentado propostas de leis no âmbito legislativo em todas as esferas nacionais: municipal, estadual e federal. Com uma agenda notadamente conservadora, “busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular” (*idem ibidem*), estabelecendo um combate aberto contra o que chamam de ‘ideologia de gênero’.

O projeto da ESP só se tornou possível graças à tomada de espaço de vozes conservadoras na política brasileira, que além da perseguição às minorias, replica um discurso meritocrático-mercadológico e criticam as pautas de direitos humanos – afirmando ser um arcabouço legal que protege criminosos (que, no caso brasileiro, é toda pessoa não branca, até que se prove o contrário). Por mais que o conservadorismo brasileiro seja algo histórico (DOVAL, 2021), essa nova onda (que ganhou força no golpe contra a presidenta Dilma Rouseff (PT) em 2016 e se consolidou nas eleições de 2018) é

formada por três pilares: o libertarianismo, fundamentalismo religioso e o anticomunismo (MIGUEL, 2016).

O libertarianismo é a ideia que o Estado deve ser mínimo e que qualquer estrutura que tenha o mercado como articulador é justa por definição. Essas ideias, apesar de já existentes na sociedade brasileira, ganharam mais destaque graças ao financiamento de fundações estadunidenses a diversos institutos “econômicos”, além de terem sido difundidas pelos grandes meios de comunicação.

Na política, o fim do processo de isolamento pentecostal começa já na década de 1960 e cresce com a ideia de “irmão vota em irmão”, o que contribuiu para começar com a implementação de algumas ideias da teologia do domínio. Esse processo se acentua em 1986, com a formação da Frente Parlamentar Evangélica, projeto da Assembleia de Deus de lançamento de candidaturas oficiais em todos os Estados. Hoje, enquanto o PSC (Partido Social Cristão) é ligado à Assembleia de Deus (AD), o Republicanos é ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Para além dos dois partidos, lideranças evangélicas, tradicionalmente, tem se concentrado nos partidos do chamando “centrão”, de onde conseguiram exercer grande influência sobre o governo Lula (2003-2011). Além disso, um dos seus principais representantes, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, como um dos principais articuladores do golpe contra a presidenta Dilma Rouseff em 2016 (CASARÕES, 2020a).

Apesar da associação direta com grupos evangélicos, a bancada fundamentalista é composta por cristãos conservadores, sejam eles evangélicos ou católicos. Suas principais pautas são contra a descriminalização do aborto, contra compreensões inclusivas de família, educação sexual e políticas de combate à LGBTQIA+fobia (MIGUEL, 2016).

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 teve grande apoio da população evangélica, estima-se que dois terços dos votos evangélicos tenham ido para o atual presidente no segundo turno das eleições, sendo um dos principais grupos responsáveis pela eleição (ver Tabela 1 abaixo).

Tabela 1: Distribuição do eleitorado por tipo de religião

Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do Datafolha

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espiritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada 25 de outubro de 2018

Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro> (grifo nosso)

A eleição possibilitou que os grupos, que se articulavam desde a década de 1980, conseguissem politizar temas que consideram relevantes e galgar espaço naquilo que consideram uma batalha cultural contra o secularismo e a laicidade; responsáveis, segundo eles, pelo colapso moral da sociedade brasileira (CASARÕES, 2020a).

Por fim, o anticomunismo, que ganhou nova roupagem no Brasil a partir dos anos 2000. Os novos inimigos são o bolivarianismo, personificado no governo venezuelano, o Foro de São Paulo, partidos políticos de centro-esquerda da América Latina que, de acordo com os conservadores, planejam dominar o subcontinente com suas pautas progressistas. A somatória desses três pilares, resulta em um projeto de Estado que “deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover serviços, *mas regular fortemente a vida privada*” (MIGUEL, 2016, p. 594, grifo nosso).

Uma face oculta do conservadorismo e do fundamentalismo é o que se cunhou chamar narcopentecostalismo, ou seja, a associação de traficantes de drogas com pastores e igrejas neopentecostais. A aproximação de traficantes com o neopentecostalismo acontece nos presídios. Desde os anos 1980, igrejas evangélicas têm expandido suas atividades missionárias para prisões e estabelecimentos penitenciários. Esse processo contou com a regulamentação do Estado e é apoiado por agentes penitenciários e estatais por ser um processo que ajuda na disciplina da população carcerária; a ideia é que “preso convertido é preso mais calmo” (ALESSI, 2021; QUIROGA, 2020)

Um dos principais marcos dessa associação foi a criação do Complexo de Israel em 2020. O complexo compreende um conjunto de cinco favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro com 134.000 habitantes, hoje dominadas por um grupo que, além de impor o

tráfico, também se impôs via religião (ALESSI, 2021; HINZ, BORGES, COUTINHO, ANDRIES, 2020; MAXX, 2020).

Nos territórios que formam o Complexo de Israel, bandeiras do Estado israelense e desenhos da Estrela de Davi ao lado de um peixe (símbolo cristão) são paisagens comuns.

O uso da simbologia do Estado de Israel por parte de um traficante evangélico é justificado porque, para algumas pessoas das correntes das igrejas neopentecostais, a criação do Estado de Israel foi um sinal da volta de Jesus Cristo e a confirmação de promessas bíblicas do Antigo Testamento (ALESSI, 2021).

Uma das favelas ocupadas pelo grupo foi Favela Cinco Bocas, também conhecida como Vila de Santa Edwiges, por causa de uma imagem da Santa na praça central do bairro. Quando ocuparam o território, homens do grupo destruíram a imagem da Santa. Além desse episódio, esses homens são responsáveis pelas invasões e destruições de terreiros de umbanda e candomblé na região (ALESSI, 2021).

Todo esse contexto de ascensão do conservadorismo no Brasil fez com que a eleição de 2018 rompesse com o pacto social-democrata também no legislativo. Apesar da renovação dos quadros de 52% na Câmara e 85% no Senado, e a maior eleição de mulheres, pessoas negras e vindas de movimentos sociais, as ‘casas do povo’ passaram a ser ocupadas pela bancada mais conservadora desde a redemocratização. Muito desse resultado pode ser associado ao grande mote das eleições daquele ano: a rejeição ao tradicional sistema político e partidário e a necessidade de renovação, mas também, principalmente, pelo discurso de recuperar a moral e os bons costumes no país (COLLETA, BENITES, 2018; QUEIROZ, 2018).

Mais liberal na economia e mais conservador nos costumes, os grandes vencedores da eleição de 2018 foram os representantes dos 5 Bs e, desde então, o que se assiste no país é o retrocesso de pautas sociais, o retorno da fome, do desemprego e da inflação e o avanço do conservadorismo nas pautas do Congresso. Um dos Bs que mais viu suas pautas avançarem foi o Boi, do agronegócio.

Logo no primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019, o desmatamento na Amazonia cresceu 85% em comparação ao ano anterior, as queimadas aumentaram em 30% - desmatamento e queimadas somados destruíram 9165,6 km². A região do Pantanal também sofreu com o aumento dos focos de incêndios: em 2019 houve um aumento de 126% dos casos. O ano também ficou marcado pelo ‘Dia do Fogo’, quando em 10 de agosto proprietários rurais do entorno da BR-163, no Pará, atearam fogo na floresta, aumentando em 300% os focos de calor na região. A fumaça gerada pelas queimadas

chegou até a cidade de São Paulo, fazendo o dia virar noite (DESMATAMENTO NA AMAZONIA..., 2020; DIA DO FOGO..., 2021; OLIVEIRA, 2019).

Pouco mais de um ano depois, em setembro de 2020, o Pantanal sofreu com o maior incêndio da história, até então. Mais de 30% da sua área foi queimada, o que equivale a 4 milhões de hectares. O incêndio destruiu também a fauna pantaneira: quase 17 milhões de animais foram mortos (ALECRIM, 2021). Tanto o Pantanal como a região do Pará, e outras regiões da Floresta Amazônica, são conhecidas como áreas de fronteiras agrícolas e são de grande interesse dos grandes latifundiários que buscam expandir suas propriedades.

Além do aumento do número de queimadas em regiões de interesse da Bancada do Boi, desde 2019 estamos assistindo a constante quebra de recordes de agrotóxicos liberados no país. O aumento das liberações está em uma crescente desde 2016, ano do golpe contra Dilma Rouseff. Enquanto em 2015, 139 agrotóxicos foram liberados, entre 2016 e 2021 as autorizações saltaram de 277 por ano para 562 liberações por ano (SALATI, 2022).

Outro grupo que tem sido muito favorecido desde o início da presidência de Jair Bolsonaro foi a Bancada da Bala. Desde 2019, o governo já publicou quinze decretos presidenciais, dezenove portarias, dois projetos de leis e duas resoluções que flexibilizaram as regras de acesso às armas. O número de registros ativos de caçadores e colecionadores (CAC) aumentou 474% entre 2019 e 2022. Esse aumento condiz com o posicionamento do presidente de querer ‘armar a população’². Isso significa que hoje, a cada 100.000 brasileiros, 314 tem autorização para porte de armas. Efeitos colaterais do maior acesso às armas já podem ser mensurados no dia a dia: para além da média de uma inauguração por dia de clubes de tiro em 2021, pesquisa feita pelo Instituto Sou da Paz demonstrou que o maior acesso às armas pela população facilita também o acesso às armas de grupos criminosos. No último mês de junho, por exemplo, a Polícia Civil de São Paulo apreendeu armas de fogo que estavam sob controle do PCC e foram compradas e registradas em nomes de CACs (ANUÁRIO BRASILEIRO, 2022; FARIAS, 2022; LACERDA, 2022; NO PAÍS DOS..., 2022; PAGNAN, 2022).

Por fim, sob o argumento do colapso moral, não apenas da sociedade brasileira mas do Ocidente como um todo, soma-se a esse contexto o Bolsolavismo. Sob a justificativa de serem “guerreiros culturais”, Jair Bolsonaro e os representantes do seu

² Um dos principais bordões do presidente é: “povo armado jamais será escravizado”.

governo assumiram como missão trazer de volta Deus, a nação e a família tradicional para a política e para a vida cotidiana dos brasileiros – tanto na política doméstica como na política internacional. A missão por trás dessa retomada é “reconstruir a cultura brasileira com uma mistura de nacionalismo, fundamentalismo religioso e o velho e bom ódio ao comunismo” (CASARÕES, 2020b, p. 81). Por mais caricato que possa parecer, é importante ter em mente que dado que a sociedade brasileira é historicamente conservadora, a batalha cultural imposta pelo atual governo, pode gerar transformações profundas nos valores culturais nacionais.

A ideia central por trás do Bolsolavismo é a necessidade de combate ao globalismo,

uma teoria da conspiração através da qual os capitalistas financeiros, junto com partidos de esquerda, mídia, universidades e burocratas internacionais se uniram para controlar o mundo. Seu objetivo final é aculturar as sociedades, minando valores tradicionais da família, da nação e de Deus através da imposição generalizada de visões de mundo progressistas e cosmopolitas. Nas próprias palavras do antigo Ministro das Relações Exteriores Araújo, "o globalismo é a globalização econômica que foi impulsionada pelo marxismo cultural. É essencialmente um anti-humano e antissistema cristão. Hoje, ter fé em Cristo significa lutar contra o globalismo, cujo objetivo principal é romper o vínculo entre Deus e o homem, fazendo homem escravo e Deus irrelevante" (Araújo 2018). Sob esta luz, o fim do A Guerra Fria trouxe uma ideia de que a fé cristã não era mais necessária no mundo liberal. "Deus foi expulso do coração da sociedade liberal" - e o globalismo representa o momento em que o comunismo ocupa o espaço da sociedade liberal "coração vazio" (Araújo 2019b). Assim, o globalismo é comunismo, somente por outro nome, e lutar por Deus é combater o comunismo em todas as suas manifestações (CASARÕES; FARIAS, 2021, p. 12, tradução nossa).

A relevância de ideias desse teor chegarem ao governo é que, tal como colocado por Milani e Pinheiro (2013), ao entender que a PEX é uma política pública, entendemos que as escolhas feitas no contexto internacional são diretamente influenciadas pelas dinâmicas de escolhas do governo. Ou seja, como colocam Lima e Albuquerque (2019, p. 17), a política externa brasileira acompanha as “linhas mestras do programa partidário de poder”, por isso a escolha do ex-chanceler, Ernesto Araújo, foi tão importante: ele foi o escolhido para replicar no internacional as ideias conservadoras que estavam ganhando terreno no plano doméstico. Como colocado por Chagas-Barros (2019, p.97, ênfase nossa), “sob Araújo, o Itamaraty se tornou o *eco* de Bolsonaro no exterior”.

Os ecos dos ideais do governo para o exterior podem ser vistos de diversas formas, como a fala da transferência da Embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém; as falas de Jair Bolsonaro, ainda quando candidato, contra a China e a ONU, entre outros tantos episódios. Para demonstrar isso, a partir da próxima sessão serão

apresentados votos do governo brasileiro no Conselho de Direitos Humanos da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (CDH). A intenção é que ao apresentar como o Brasil votou dentro do Conselho para a respeito da questão Palestina e sobre pautas de gênero, demonstre-se que a política externa brasileira durante a chancelaria de Ernesto Araújo, ecoou os ideais impostos pelos grupos conservadores nacionais que representam a Bíblia e o Bolsolavismo.

3. O VOTO BRASILEIRO NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE A PALESTINA

Em uma de suas várias transmissões ao vivo via redes sociais poucos meses após ter assumido seu cargo no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro declarou que os votos brasileiros no Conselho de Direitos Humanos da Assembleia Geral da ONU (CDH) deixariam de ser manipulados. O Conselho tem como função principal “*promover e proteger o amplo espectro de direitos humanos garantidos pela Declaração Universal de Direitos Humanos*” (UNHR, s/d, grifo nosso). A partir de então, o presidente declarou que os votos brasileiros assumiriam um posicionamento de alinhamento automático aos EUA e a Israel, pondo fim à prática de votar junto de países que “não apreciam a liberdade” (BRAZILS “RIGGED” UN VOTE..., 2019); na ocasião, os países citados foram Venezuela, Cuba e Irã.

Desde que Bolsonaro assumiu a presidência e durante a chancelaria de Ernesto Araújo, muito se viu de diferente na maneira como o Brasil votou dentro do CDH. Um dos principais marcos é o voto brasileiro em relação à causa Palestina. Desde a primeira participação da representação brasileira, em março de 2019, já pode-se perceber mudança em relação ao posicionamento e como seria o tratamento da questão Palestina na nova política externa. O tema Palestina surgiu já na primeira reunião do Conselho, na qual foi votada a Resolução A/HRC/RES/40/13, intitulada *Ensuring Accountability and justice for all violations of international law in the Occupied Palestinian Territories, including East Jerusalem*.

O Conselho que gerou a resolução tratou de analisar os resultados de uma investigação independente destinada a investigar os acontecimentos de julho-agosto de 2014 na Faixa de Gaza, na chamada Guerra dos 51 dias. Na oportunidade, o Conselho, dentre outras coisas, condenou o uso de armas ilegais e uso excessivo da força por Israel; condenou o lançamento de foguetes desde Gaza contra a população civil israelense e

exigiu respeito do Estado de Israel à Convenção de Genebra, em especial no que diz respeito à proteção de civis. O Brasil votou contra.

Um ano mais tarde, a delegação brasileira voltou a votar contra uma resolução sobre a questão Palestina. A Resolução A/HRC/RES/43/31, *Israeli settlement in the Occupied Palestinian Territories, including East Jerusalem and the Syrian Golan Heights*, apontava a ilegalidade dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados desde 1967, pedia respeito à Convenção de Genebra e à proteção de civis, demandava o fim dos assentamentos ilegais e condenava a expansão dos mesmos, como também pedia pelo fim da ocupação, da violação de direitos humanos nos territórios ocupados e pelo fim de ações, leis e políticas discriminatórias contra não-israelenses nesses territórios.

Em março de 2021, o voto foi contra a Resolução A/HRC/RES/46/3, *Human rights situation in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem, and the obligation to ensure accountability and justice*, que, mais uma vez, exigia a retirada de Israel dos territórios ocupados a partir de 1967, responsabilização pelas violações de direitos humanos nesses territórios e demandava o fim de ações ilegais nos Territórios Palestinos Ocupados (TPOs), como a construção de assentamentos, destruição de casas e demais edificações palestinas³, o fim de despejos e revogação de permissões de residência em Jerusalém Oriental, além de exigir o fim de escavações em locais religiosos e históricos, e outras ações que objetivam transformar a composição demográfica do território.

A Resolução também traz em seu texto a demanda pelo fim da construção do Muro da Cisjordânia, demanda a divisão igualitária de recursos hídricos entre israelenses e palestinos, pede o fim da política de punição coletiva, assim como o fim das obstruções às ajudas humanitárias e o fim do bloqueio à Faixa de Gaza (vigente desde 2007). Entre outras coisas, há também um pedido pelo fim da prática de encarceramento de crianças (de acordo com relatório da Anistia Internacional, apenas em 2021, 170 crianças foram presas pelo Estado de Israel) e há uma preocupação quanto à restrição de acesso a *cristãos* e muçulmanos à locais sagrados nos TPOs.

Em contrapartida, apenas em 2015, a delegação brasileira votou a favor da questão Palestina em três diferentes resoluções: A/HRC/RES/28/27, *Human rights situation in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem*, A/HRC/RES/28/26, *Israeli settlement in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem and the*

³ Apenas em 2021, 911 propriedades palestinas foram destruídas pelo Estado de Israel e 1209 pessoas foram desalojadas (disponível em: <https://www.ochaopt.org/data/demolition>).

Syrian Golan Heights e A/HRC/RES/28/25, *Right of the Palestinian people to self-determination*. Nesta, se reafirmou “o direito inalienável, permanente e incondicional do povo palestino à livre determinação, incluindo o direito a viver em liberdade, justiça e dignidade e seu direito a um Estado Palestino independente” (AGNU, 2015a, p.2, tradução nossa).

O posicionamento do governo Bolsonaro para a Palestina colocou fim a um posicionamento histórico do país sobre a questão. O posicionamento brasileiro a favor da Palestina datava desde a ditadura militar (1964-1985), quando sob a égide do Pragmatismo Responsável e Ecumênico⁴ do chanceler Antônio Azeredo da Silveira (1974-1979), o “Itamaraty permitiu a instalação de um escritório da OLP em Brasília e apoiou o voto antissionista⁵” na ONU (VIZENTINI, 2004, p. 202).

Ao se posicionar incondicionalmente a Israel desde a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro, colocou fim a quase 30 anos de estreitamento de relações entre os dois países. Na década de 1990, o Escritório de Representação da Autoridade Palestina foi alçado ao status de Embaixada, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso; e, em 2010, o presidente Lula reconheceu a soberania do Estado palestino. Parte dos ataques de Jair Bolsonaro após eleito foram contra a existência da embaixada palestina em Brasília, afirmando que por não serem um Estado, não teriam direito à uma embaixada. Na mesma oportunidade, Bolsonaro chamou os palestinos de terroristas (CASARÕES, 2019).

Além dos ataques diretos à Palestina e seus cidadãos, Bolsonaro reiterou várias vezes durante a campanha que, se eleito, replicaria a decisão do então presidente dos EUA, Donald Trump, de transferir a embaixada brasileira para Jerusalém. Essa ideia agradou parte de seu eleitorado. Além dos evangélicos, os bolsolavistas apoiaram a proposta porque viam no então primeiro-ministro Benjamin Netanyahu um exemplo a ser seguido no que dizia respeito a questões de soberania nacional e combate às interferências globalistas (CASARÕES, 2019).

⁴ O período de Pragmatismo Responsável e Ecumênico da política externa brasileira (1974-1979) se deu durante o governo Geisel, ainda em um contexto de ditadura militar. Em função das transformações econômicas pelas quais o Brasil havia passado nas últimas décadas, era possível uma maior inserção internacional do país. Somado à uma insatisfação nas relações bilaterais com os EUA, o Itamaraty deixou de priorizar as relações com este país e se aproximou dos países do Oriente Médio e Norte da África, aumentando a troca de produtos industrializados por petróleo; aumentou o comércio com países socialistas e se aproximou dos Estados da Europa Ocidental e Japão. No que se refere à América Latina, o Brasil buscou estreitar relações com os demais países, abandonando o discurso de grande potência (VIZENTINI, 2004).

⁵ À época da publicação do texto, o termo sionista era usado como uma referência direta ao Estado de Israel e não à uma ideologia política discriminatória contra palestinos.

Essa proposta, contudo, foi totalmente rechaçada por outro grande grupo de apoio de Jair Bolsonaro, a bancada do Boi. Por mais que a causa Palestina não angarie mais tanta solidariedade dos demais países árabes como antes, a questão de Jerusalém ainda é um tema sensível. Logo, qualquer decisão que reconhecesse Jerusalém como capital de Israel teria um impacto muito grande nas relações do país com os demais países da região, o que resultaria em um impacto direto na Balança Comercial e, conseqüentemente, no PIB. Para se ter um exemplo, apenas em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, o Brasil teve um superávit primário de mais de US\$ 4 bilhões com os países do Oriente Médio, configurando o maior saldo comercial do país naquele ano⁶ (ORIENTE MÉDIO PROPORCIONA..., 2019).

4. O VOTO BRASILEIRO NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO

Antes de apresentar o retrocesso que sofreu a pauta de direitos humanos no governo Bolsonaro, é importante retomar a ideia que, apesar dos avanços assistidos na primeira década dos anos 2000, a sociedade brasileira é, historicamente, conservadora. Como colocado por Doval (2021), o presidente é apenas um representante do conservadorismo nacional – conservadorismo esse que sempre foi fator constitutivo da nossa sociedade. Isso não atenua a violência do momento pelo qual estamos passando, mas devemos ter em mente que a diferença de hoje para os demais períodos conservadores que o Brasil já passou⁷ é que os apoiadores das ideias do presidente, incentivados por seus discursos⁸, se tornaram mais agressivos⁹.

No que diz respeito às temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade, estes são temas recentes na agenda política brasileira; datam do processo de redemocratização pós Ditadura Militar. Ou seja, há menos de quarenta anos que existe uma preocupação em apresentar temas que convergem com as demandas populares sobre essas pautas (OFENSIVAS ANTIGÊNERO..., 2021). A pressão popular do período da Constituinte

⁶ Em 2019, o Brasil ocupou o posto de maior produtor de comida *halal* do mundo, tendo exportado um total de US\$ 16,2 bi nesse tipo de produto, 12% a mais que a Índia, segunda maior vendedora (ABDLA, 2021).

⁷ De acordo com Doval (2021) o Brasil passou por quatro períodos de conservadorismo na sua história: a monarquia (1822-1889), o Estado Novo (1930-1934), a Ditadura Militar (1964-1989), e o período do neoliberalismo (anos 1990).

⁸ Partimos do entendimento da Linguística que o discurso é uma ação como outra qualquer e, por isso, atos de fala são importantes de serem considerados em análises plurais.

⁹ Um caso sintomático foi o assassinato do tesoureiro do PT, Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu, PR, no último dia 09/07 (mais informações em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/07/15/veja-como-foi-a-assassinato-do-tesoureiro-do-pt-pelo-apoiador-de-bolsonaro-segundo-a-policia-do-pr.ghml>)

foi determinante para a elaboração de políticas públicas que abordassem questões de gênero, sexualidade e reprodução. Além disso, a promulgação da Constituição de 1988 foi importante porque estabeleceu direitos e institucionalizou a promoção de liberdades, igualdades sexuais e raciais e proteção contra discriminação (pelo menos, no papel). A garantia constitucional possibilitou que ativistas de causas feministas e LGBT+ tenham, desde então, buscado por transformações socioculturais que dizem respeito às suas pautas.

Durante os anos 1990, o Itamaraty inseriu essas discussões na sua agenda internacional, em especial as questões de direitos humanos, mas foi no começo dos anos 2000 que pudemos assistir os resultados dessas lutas e demandas. Em 2001, ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o governo brasileiro optou pela quebra de patentes de remédios contra o HIV; em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Política da Mulher; em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha¹⁰; além do aumento da participação de mulheres na política, reforçando as pautas e demandas por políticas públicas que abordem a violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva. As pautas LGBT+ também ganharam mais espaço nesse período, principalmente no que tange a não discriminação. Uma das principais vitórias da comunidade LGBTQIA+ foi em 05 de maio de 2011, quando o Brasil passou a reconhecer união estável entre pessoas do mesmo sexo (HÁ 10 ANOS..., 2021).

Os ataques às conquistas e às demandas de gênero, sexualidade e reprodução, começaram tão logo essas questões entraram para a agenda política. Em 1995, foi barrada no Congresso proposta de lei que reconheceria parceria entre pessoas do mesmo sexo¹¹; em 2011, foi feita pressão para que um material produzido pelo Ministério da Educação (MEC) sobre Educação sem Homofobia fosse suspenso; e, em 2013 a palavra gênero foi excluída do Plano Nacional de Educação, assim como ficou proibido aulas de educação sexual nas escolas. Era o início de uma ofensiva neoconservadora contra as

¹⁰ Lei Nº11.340, de 7 de agosto de 2006, “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

¹¹ O PL 1151/1995 foi apresentado pela então Deputada Marta Suplicy (à época, PT-SP), tinha como objetivo legalizar a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, *não visando dar status de casamento às uniões homossexuais*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>

transformações sociais pelas quais estávamos passando. (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021).

A ofensiva neoconservadora no Brasil acompanhou um momento de “repolitização do religioso”, via restauração neoconservadora da Igreja Católica Apostólica Romana, com o papado de Bento XVI, e a politização do fundamentalismo evangélico.

O termo “ideologia de gênero” foi usado pela primeira vez no vocabulário estatal brasileiro em 2003, quando o Deputado Elimar Damasceno, eleito pelo PRONA recorreu a esta terminologia para atacar o que ele definia como “má conduta sexual”. Seu discurso coincidiu no tempo com a primeira tradução brasileira do Léxico do Vaticano do termo ambíguo e discussões sobre família, vida e questões éticas que constitui um documento de referência na dinâmica de propagação global de argumentos antigênero. (...) “problema de gênero do Vaticano”, que está na origem dessa propagação posterior, eclodiu no estágio final de preparação para a IV Conferência Mundial das Mulheres (Beijing), em março de 1995. O episódio foi uma reação tardia à adoção do conceito de gênero no documento final da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, que acontecera seis meses antes. Esse episódio, inaugurou a produção de uma vasta literatura de repúdio ao gênero, assinada por autoras e autores não clericais, seguida de uma extensa crítica teológica elaborada pelo Vaticano já nos 2000. (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021, p. 11).

A partir de então, teve início uma luta contra o que os conservadores chamam de “ideologia de gênero”, um ataque direto à concepção de que não apenas homens e mulheres são iguais, como existem outras expressões de gênero e sexualidades que ultrapassam o conceito heteronormativo conservador. Aqueles que falam em “ideologia de gênero”, entendem gênero como sinônimo de sexo biológico e culpam o chamado marxismo cultural por essas ideias que degradam e desgastam a sociedade (OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL, 2021). Além desse processo de repolitização do religioso, os anos 2010 também assistiram ao retorno de governos conservadores, como nas Filipinas, Hungria, Polônia e EUA, e ao aumento de discursos violentos contra minorias e fundamentalistas por todo o mundo.

Nesse contexto, a pauta antigênero, somada ao antipetismo alimentado por anos pela mídia tradicional, foi determinante na geração de medo e pânico moral e político, que contribuiu para a vitória de Bolsonaro em 2018. Durante a campanha eleitoral, redes sociais foram inundadas por mensagens sobre a distribuição do chamado de ‘kit gay’ e ‘doutrinação de gênero’, tendo sido diretamente relacionadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). As mensagens afirmavam que materiais como o ‘kit gay’ seriam distribuídos pelo MEC caso o candidato do PT, Fernando Haddad, vencesse as eleições (POLICARPO, FONSECA, LARA, HAUBER, 2018).

Além desse conteúdo, outras mensagens afirmavam que a vitória de Haddad seria seguida pelo fechamento de igrejas, doutrinação de gênero e incentivo à ‘homossexualidade de crianças’. Conteúdos como esses foram replicados milhares de vezes nas redes sociais e também pelo então candidato Bolsonaro e seus apoiadores. Esse tipo de desinformação foi determinante para a criação de um pânico moral que contribuiu para alavancar e eleger diversos políticos conservadores, o presidente sendo um deles (POLICARPO, FONSECA, LARA, HAUBER, 2018). Não é por coincidência que em seu discurso de posse, Bolsonaro afirmou que um dos objetivos de seu governo seria “unir as pessoas, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, *lutar contra a ideologia de gênero e preservar nossos valores*” (BOLSONARO FALA EM COMBATER..., 2019, grifo nosso).

Em consonância com a fala do presidente, o Itamaraty instruiu seus diplomatas que reiterassem que, a partir daquele momento, o governo passaria a entender a palavra gênero como sinônimo de sexo biológico masculino e feminino. No entendimento do atual governo, na figura do ex-chanceler, a ideia de gênero como construção social é um ataque direto ao conceito e ideia de família e aos ensinamentos tradicionais, que o atual governo busca recuperar (ITAMARATY ORIENTA DIPLOMATAS..., 2019). Outro espaço no qual esse discurso foi reproduzido foi o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), chefiado então pela ministra Damares Alves, que em uma de suas primeiras declarações públicas, afirmou que a partir daquele momento “o Brasil estava entrando numa nova era, na qual os meninos usam azul e as meninas usam rosa” (PAINS, 2019)

A partir desse contexto, é de se esperar que na esteira dos ataques contra questões de gênero, sexualidade feminina e LGBTQIA+, durante os anos de presidência de Jair Bolsonaro, o Brasil tenha trabalhado para minar todas as possibilidades de desenvolvimento dessas pautas. Em seu primeiro discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, Bolsonaro afirmou que o Brasil ressurgia após ter ficado à beira do socialismo. Além disso, o presidente apostou na ideologia como uma das heranças malditas que recebeu dos governos anteriores e apenas o retorno da sociedade à fé cristã, seria capaz de salvar a nossa sociedade. De acordo com ele

A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a

racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. (VERDÉLIO, 2019).

Antes da aparição de Bolsonaro na ONU, em setembro de 2019, tanto Ernesto Araújo como Damares Alves, além de outros representantes da delegação brasileira, já haviam participado de reuniões do Conselho de Direitos Humanos e já manifestavam o novo posicionamento do país. Em março de 2019, na 40ª sessão do HRC, Damares fez uso do espaço para afirmar a posição do Estado brasileiro de defesa do feto desde sua concepção. Três meses depois, na 41ª sessão, a representação brasileira no Conselho vetou o uso da palavra gênero catorze vezes, solicitando a troca do termo por “equidade entre homens e mulheres”; além de declarar que o Brasil se reservaria ao direito de interpretar o termo gênero, consagrado na resolução, como sinônimo de sexo biológico. Na mesma oportunidade, o país solicitou que a frase ‘vulnerabilidade à violência sexual com base no gênero’ fosse excluída do texto final da Resolução. Outros termos que foram amplamente perseguidos pela representação brasileira foram ‘desigualdade com base no gênero’ e ‘serviços de saúde sexual e reprodutivo’(CHADE, 2019; CONSELHO ANTIGÊNERO, 2021).

No ano seguinte, em 2020, os representantes brasileiros na Comissão voltaram a pedir pela retirada de palavras, e até parágrafos inteiros, dos textos de Resoluções sobre discriminação e violência de gênero. Na ocasião, os pedidos foram para retirar parágrafos que falavam sobre pleno acesso de mulheres à saúde e a direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, “delegação brasileira foi contra a inclusão do artigo que preconizava o acesso a informações e métodos contraceptivos, bem como ao aborto seguro e legal e à prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, HIV e cânceres reprodutivos.” (CORRÊA, 2020). Naquele ano, representantes do governo foram responsáveis por promover campanha por abstinência sexual e defenderem a retirada de todo texto de Resolução que falasse em ‘educação sexual’(CHADE, 2020).

Na esteira dos votos e pautas conservadores no que tangem corpos femininos e o tema família, ao final de 2020 o Brasil assinou a Declaração do Consenso de Genebra, documento que se compromete a “melhorar e garantir o acesso das mulheres na saúde e no desenvolvimento, especialmente na saúde sexual e reprodutiva (JUNTO A PAÍSES..., 2020). O documento, entretanto, não aborda o direito ao aborto e defende a ‘família tradicional’ como única forma de configuração familiar. Na ocasião da assinatura, o então

chanceler Ernesto Araújo declarou que aquela era uma reafirmação do “nosso [governo Bolsonaro] *dever* de proteger a vida humana desde a concepção” (CHADE, 2020, grifo nosso). Além do Brasil, assinaram o documento outros trinta e dois países, entre eles os EUA, que saiu do grupo após Joe Biden assumir a presidência, o que alçou o Brasil ao lugar de líder do grupo (CHADE, 2021).

5. CONCLUSÕES PARCIAIS

O nacionalismo religioso sob Bolsonaro foi importante para decidir, tanto no âmbito interno como no âmbito externo, quem são os amigos e inimigos do Brasil. Sob essa lógica, a política externa da chancelaria de Ernesto Araújo foi construída, numa divisão do mundo entre bem-mal e, a partir dessa divisão, alianças foram buscadas. As alianças formuladas desde então pelo governo brasileiro tem no conservadorismo sua principal característica. Apesar do trabalho grande de outras bancadas, em especial a do Boi, para segurar a ala ideológica do governo no que diz respeito à aliança incondicional do Brasil com Israel, é possível dizer que o cabo de guerra ainda não tem um vencedor definido.

Ainda assim, o que se vê é que pautas antes da política nacional, como educação sexual e os direitos reprodutivos, ganharam grande espaço na agenda internacional brasileira. Desde o início do governo Bolsonaro, foi promovido um ataque às pautas de gênero e de sexualidade – o corpo da mulher foi alçado, pela política externa brasileira, a campo de combate ideológico nos últimos anos.

Essa prática de colocar o corpo feminino como pauta de política internacional é um reflexo das políticas nacionais “pró-família” que estão sendo promovidas por governos conservadores ao redor do mundo. Uma das pautas principais destes são o movimento antiaborto, numa tentativa de criminalizar mulheres que optassem pela interrupção voluntária da gravidez. Exemplos dessas políticas são encontradas na Hungria, Polônia e nos EUA, que, recentemente, assistiu à Suprema Corte retirar o direito ao aborto das mulheres estadunidenses. No Brasil, existem projetos para retirar o direito à interrupção da gravidez em casos de estupro, anencefalia e demais casos permitidos por lei.

Parte do empate logrado pela ala ideológica do governo tem espaço porque a guinada conservadora não é uma exclusividade brasileira. Conforme coloca Zucatto (2019), as direitas já estavam em um processo de chegar ao poder pelo continente sul-americano. Fora daqui os EUA, Israel, Índia, Hungria, Polônia e Filipinas já haviam se

tornado redutos da extrema-direita antes da eleição de Bolsonaro (CASARÕES; FARIA, 2021). Dessa forma, o Brasil de Araújo e Bolsonaro encontravam espaço para se agremiar a outros Estados que se comportavam de uma maneira que ambos consideravam exemplar. A frente destes estava os EUA de Donald Trump, colocado pelo então chanceler como o responsável por salvar o Ocidente das garras do marxismo cultural. A assinatura do Consenso de Genebra é apenas a materialização dessa aliança que se constrói há anos no mundo.

Apesar de o globalismo ser algo novo na pauta política brasileira, o mesmo não pode ser dito sobre a influência que a religião exerce no processo decisório nacional. Quando se trata do aspecto religioso e da influência da Bíblia, portanto, é importante ressaltar apenas que as eleições de 2018 alavancaram um grupo social e temáticas que estavam marginalizadas para o centro das discussões, mas ainda assim presentes e atuantes na política nacional.

Independentemente de as temáticas serem recentes ou mais antigas, o que o atual momento e o passado recente nos mostra é que está em curso hoje, tanto no âmbito interno como no âmbito externo, um projeto de transformação da cultura e entendimento nacional sobre temas sensíveis e que garantem direitos básicos às populações oprimidas. Esse extravasamento da ideologia do governo para a política externa, nos ajuda a demonstrar o quanto essa é um reflexo da política nacional, sendo assim, pode-se dizer que para além de política internacional, ela é uma política pública. Tendo isso em mente e as palavras do presidente enquanto ainda era candidato ao dizer que o Brasil é um país cristão e que as minorias têm que se dobrar às majorias, é válido pensar que, cada vez mais, o conservadorismo irá ganhar espaço dentro da Conselho de Direitos Humanos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Vitor. Brasil é o maior exportador de comida halal do mundo. **Agência Brasil**, 05 de outubro de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-10/brasil-e-o-maior-exportador-de-comida-halal-no-mundo>. Acesso em 18/07/2022

ALECRIM, Giulia. Incêndios no Pantanal mataram quase 17 milhões de animais vertebrados em 2020. **CNN Brasil**, 15 de setembro de 2019. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/incendios-no-pantanal-mataram-quase-17-milhoes-de-animais-vertebrados-em-2020/>. Acesso em: 13/07/2022.

ALESSI, Gil. A ascensão do ‘narcopentecostalismo’ no Rio de Janeiro. **El País**, 26 de março de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-27/a-ascensao-do-narcopentecostalismo-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 12/07/2022.

BOLSONARO FALA EM.... **UOL**, 01 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm>. Acesso em 14/07/2022.

BRASIL SE ABSTÉM..., **FOLHA**, 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/brasil-se-abstem-em-votacao-na-onu-contra-discriminacao-de-mulheres-e-meninas.shtml>. Acesso em: 09/12/2021.

BRAZIL “RIGGED” VOTE..., **FOLHA**, 12 de abril de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/world/2019/04/brazils-rigged-un-vote-has-ended-says-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 09/12/2021.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamento Próprio** 49-50, p. 231-274. 2019a.

CASARÕES, Guilherme. Making Sense of Bolsonaro’s Foreign Policy at Year One. **Americas Quaterly**. 20 de dezembro de 2019b. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/making-sense-of-bolsonaros-foreign-policy-at-year-one/>. Acesso em 09/12/2021

CASARÕES, Guilherme. Religião e Poder: a Ascensão de um Projeto de ‘Nação Evangélica’ no Brasil?. **Interesse Nacional**, abril/jun 2020, p. 9-16. 2020a.

CASARÕES, Guilherme. The first year of Bolsonaro’s Foreign Policy. *In*: MORI, Antonella. **Latin America and the New Global Order: Dangers and Opportunities in a Multipolar World**. Milão : ISPI, 2020b.

CASARÕES, Guilherme; LEAL, Déborah. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order, **Cambridge Review of International Affairs**, 2021.

CHADE, Jamil. Brasil, EUA e ditaduras se aliam: “jamais haverá direito ao aborto”. **UOL**, 22 de outubro de 2020(b). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/10/18/governo-brasileiro-e-alcado-a-lider-de-alianca-ultraconservadora-mundial.htm>. Acesso em: 14/07/2022.

CHADE, Jamil. Governo brasileiro é alçado a líder de aliança ultraconservadora mundial. **UOL**, 18 de outubro de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/10/18/governo-brasileiro-e-alcado-a-lider-de-alianca-ultraconservadora-mundial.htm>. Acesso em: 14/07/2022.

CHADE, Jamil. O Brasil ao lado das ditaduras mais cruéis do mundo. **El País**, 18 de julho de 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/18/opinion/1563485645_650175.html. Acesso em: 14/07/2022.

CHADE, Jamil. O ventre como instrumento de poder. **El País**, 28 de janeiro de 2020(a). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-01-29/o-ventre-como-instrumento-de-poder.html>. Acesso em: 14/07/2022.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn. **Revista de Estudios Sociales** 69, p. 92-100. 2019.

COLLETA, Ricardo Della; BENITES, Afonso. Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso. **El País**, 08 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538947790_768660.html. Acesso em: 12/07/2022.

CUNHA, Magali do Nascimento. Politics and Religion in Contemporary Brazil: the neoconservative turn in Evangelical Christianity. *In*: BIANCHI, Bernardo; CHALOUB, Jorge; RANGEL, Patrícia; WOLF, Frieder Otto. **DEMOCRACY AND BRAZIL: collapse and regretion**. Nova Iorque, NY : Routledge, 2021.

DESMATAMENTO NA AMAZONIA... **DW**, 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/desmatamento-na-amaz%C3%B4nia-cresce-85-em-2019/a-52006186>. Acesso em 13/07/2022.

DIA DO FOGO... **Jornalistas livres**, 20 de agosto de 2021. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/dia-do-fogo-quando-o-dia-virou-noite/#:~:text=Era%20o%20E2%80%9CDia%20do%20Fogo,Progresso%2C%20principal%20munic%C3%ADpio%20da%20regi%C3%A3o>. Aceso em: 13/07/2022.

DOVAL, Gisela Pereyra. Bolsonaro in Brazil: to the right of the right. p. 214-234. *In*: DOVAL, Gisela Pereyra; SOUROJON, Gastón. **Global Resurgence of the Right: Conceptual and Regional Perspectives**. Oxon, ON : Routledge, 2021.

EVANGELICALS OF BIBLES AND BALLOTS. **The Economist**. 03 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2021/06/05/of-bible-and-ballots>. Acesso em 09/12/2021.

FARIAS, VITOR. Licenças para armas crescem quase cinco vezes no governo Bolsonaro; Exército tem 674 mil autorizações ativas, mostra Anuário. **G1**, 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/licencas-para-armas-crescem-quase-cinco-vezes-no-governo-bolsonaro-exercito-tem-674-mil-autorizacoes-ativas-mostra-anuario.ghtml>. Acesso em 15/07/2022.

GONÇALVES, William; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil EUA. **Sul Global**. 1 (1), p. 192-211, 2020.

HINZ, Kristina; BORGES, Doriam; COUTINHO, Aline; ANDRIES, Thiago Cury. A ascensão da narcomilícia neopentecostal no Braisl: Traficantes, paramilitares e igrejas se unificaram em uma “guerra santa” contra grupos rivais e religiões afro-brasileiras.

Open Democracy, 5 de maio de 2021. Disponível em:
<https://www.opendemocracy.net/pt/ascensao-narcomilicia-neopentecostal-brasil/>. Acesso em: 12/07/2022.

ITAMARATY ORIENTA DIPLOMATAS... **FOLHA**. 26 de junho de 2019.
Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml>. Acesso em: 09/12/2021

JUNTO A PAÍSES....**UFPB**, 12 de novembro de 2020. Disponível em:
<https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/junto-a-paises-conservadores-brasil-assina-declaracao- contra-o-aborto-e-a-favor-da-familia#:~: text=Em%2022%20de%20outubro%20%C3%BAltimo,na%20sa%C3%BAde%20sexual%20e%20reprodutiva%E2%80%9D>. Acesso em: 14/07/2022.

LACERDA, Nara. Brasil mais armado: entenda como o aumento nas vendas de armas de fogo alimenta a criminalidade. **Brasil de Fato**, 10 de junho de 2022. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/10/brasil-mais-armado-entenda-como-o-aumento-nas-vendas-de-armas-de-fogo-alimenta-a-criminalidade>. Acesso em 15/07/2022.

LIMA, Maria Regina Soares; ALBUQUERQUE, Mariana. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. Boletim OPSA, N. 1, p. 15-21, Jan./Mar, 2019.

LOTT, Diana. Brazils "Rigged" UN Vote Has Ended, Says Bolsonaro. **FOLHA**. 12 de abril de 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/world/2019/04/brazils-rigged-un-vote-has-ended-says-bolsonaro.shtml>. Acesso em 09/12/202.

MAXX, Mathias. Nação de Jesus - Fuzis ungidos e grafites gospel em muros da comunidade: para facção do Rio, a lei do tráfico é a lei de Deus. **UOL**, 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/nacao-de-jesus/>. Acesso em: 12/07/2022.

Miguel, Luis Felipe Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaga no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os desafios de sua caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 35, nº1, janeiro/junho, p. 11-41, 2013.

NA ONU, BRASIL SE UNE... **CONECTAS DIREITOS HUMANOS**. 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/na-onu-brasil-se-abstem-sobre-propostas-de-retrocessos-a-direitos-das-mulheres/>. Acesso em 09/12/2021.

NO PAÍS DOS ABSURDOS... **INSTITUTO SOU DA PAZ**, 04 de maio de 2022.
Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/editorial-o-globo-no-pais-dos-absurdos-clubes-de-tiro-proliferam-enquanto-faltam-escolas/>. Acesso em 15/07/2022.

OLIVEIRA, Elida. Pantanal registra 334% mais focos de queimadas em 2019, ano com menos chuvas e intensa onda de calor na região. **G1**, 12 de setembro de 2021. Acesso em 13/07/2022.

PAGNAN, Rogério. Polícia de São Paulo investiga esquema do PCC para compra de armas via CACs. **FOLHA**, 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/policia-de-sp-investiga-suposto-esquema-do-pcc-para-compra-de-armas-via-cacs.shtml>. Acesso em 17/07/2022.

PAINS, Clarissa. ‘Menino veste azul, menina veste rosa’, diz Damares em vídeo. **O GLOBO**, 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 14/07/2022.

POLICARPO, Alexandre; FONSECA, Bruno; LARA, Eliziane; HAUBBER, Gabriela. A eleição do ‘kit gay’. **Agência Pública**, 17 de outubro de 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/>. Acesso em 17/07/2022.

QUEIROZ, Antonio Augusto de. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 5 de novembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>. Acesso em: 12/07/2022.

SALATI, Paula. Após novo recorde, Brasil encerra 2021 com 562 agrotóxicos liberados, sendo 33 inéditos. **G1**, 18 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/01/18/apos-novo-recorde-brasil-encerra-2021-com-562-agrotoxicos-liberados-sendo-33-ineditos.ghtml>. Acesso em 17/07/2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**. Dezembro, p. 117-137, 2019.

VAZ, Alexandre Fernandez; GARCIA, Gabriel. Ocidentalismo Fantástico do Chanceler: Uma Análise Indiciária Das Influências No Pensamento Globalista de Ernesto Araújo. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 87-118, set./dez., 2021.

VERDÉLIO, Andreia. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 13/07/2022.

ZUCATTO, Giovana Esther. A Ascensão da Direita na América do Sul. **Boletim OPSA**, N. 1, p. 6-9, Jan./Mar, 2019.